SG Nº 050, de 04 de março de 2016), documento que serve para apresentar e clarificar as regras de uso que regem os sistemas informáticos do órgão;

d) Para que elabore e submeta ao Eg. Colégio de Procuradores de Justiça o "Código" de Conduta Ética do servidor do MPPA;

e) Para que divulgue o Código de Ética dos Membros do Ministério Público do Estado do Pará.

3) Encaminhe cópia do voto do Conselheiro Relator, ao d. Corregedor-Geral do Ministério Público, para análise da conduta dos Promotores de Justiça representantes, por sua atipicidade, considerando o disposto no artigo 10, e seu §1º, da Res. Conj. nº 01/2012-MP/PGJ-CGMP;

2.3. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.3.1. Processo: nº 000161-200/2014

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Hospital e Maternidade Frei de Samarate

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da

Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar irregularidades quanto à estrutura do Hospital e Maternidade "Frei Daniel Samarate"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pela devolução dos autos, para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, nos termos do art. 57 do Regimento Interno do Conselho Superior, pois apesar de o caso ter sido instaurado por portaria como Procedimento Preparatório, trata-se de uma simples notícia de fato, a qual não deu ensejo a maiores diligências ou investigações, conforme voto da Conselheira Relatora.

2.3.2. Processo: nº 003872-477/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Associação Arco-Íris

Origem: 1ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apuração finalística da prestação de contas referente ao ano-calendário de 2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pela devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que se proceda de imediato o envio dos autos à Promotoria de Justiça que entenda ter atribuição para atuar no presente caso, nos termos do art. 2º da Resolução 010/2011 - CPJ, norma aplicável ao declínio interno de atribuições no Ministério Público do Estado do Pará, eis que a Associação Arco Íris está localizada no município de Tracuateua, conforme voto da Conselheira Relatora.

2.3.3. Processo: nº 000630-915/2015

Requerente: A Coletividade

Requerido: Casa de Passagem

Origem: 10ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar falta de licença devidamente fornecida pelo Corpo de Bombeiros para o regular funcionamento da Casa de Passagem deste Município.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que, após diligências, foi obtido êxito ao final do procedimento, com a regularização da Casa de passagem de Marabá junto ao Corpo de Bombeiros, como se comprova nos autos (Habite-se).

2.3.4. Processo: nº 000172-012/2015

Requerentes: V.B.L. ; R.L.B.

Requerido: O Estado

Origem: 11ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível situação de risco envolvendo idoso (abandonado).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que, após diversas medidas tomadas pela Promotoria de Justiça e pelo Poder Público do Município de Santarém, não foi possível prosseguir com o acompanhamento do idoso Vicente Bezerra de Menezes, tendo em vista a mudança do mesmo para outro Estado, tendo sido frustradas as tentativas de localização e informações mais precisas do caso e, a douta Promotora de Justiça atuou de forma diligente, utilizando-se de todos os meios cabíveis e disponíveis para regular instrução do presente Procedimento Administrativo, tendo empreendido diversas diligências tanto junto à família do idoso quanto ao Poder Público Municipal no sentido de garantir tratamento e acolhimento ao idoso.

2.3.5. Processo: nº 000180-012/2015

Requerente: O Estado

Requerido: A Coletividade

Origem: PJ de Baião

Assunto: Apurar possíveis fraudes cometidas nas Eleições de 2012, por parte de servidores

públicos, entre eles três lotados no Município de Baião.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, tendo em vista não restar comprovada a existência de ato de improbidade decorrente de fraude eleitoral

praticado pelos candidatos Danielma Cristina Soares de Lima, Geraldo Medeiros e Laurinete Dias Vieira, posto não haver sequer vínculo empregatício de tais candidatas com a Prefeitura Municipal de Baião.

2.3.6. Processo: nº 000204-110/2013

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba

Origem: PJ de Tutela das Fundações de Entidades Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Assunto: Apuração finalística das contas relativas ao ano calendário 2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pela devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que se proceda de imediato o envio dos autos à Promotoria de Justiça que entenda ter atribuição para atuar no presente caso, nos termos do art. 2º da Resolução 010/2011 - CPJ, norma aplicável ao declínio interno de atribuições no Ministério Público do Estado do Pará, considerando ausência de atribuição da Promotoria de Justiça Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial de Belém, para atuar no feito, conforme voto da Conselheira Relatora.

2.4. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA:

2.4.1. Processo: nº 000106-151/2015

Requerente: Maria do Socorro Pinto de Andrade

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 1ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Pedido de Providências, em face da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), para que garanta o reenquadramento funcional da requerente, Consultora Jurídica do Município na Classe Especial Nível F.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Exma. Conselheira Relatora, eis que não caberia ao Parquet ajuizar uma Ação Civil Pública, pedindo o reenquadramento funcional da requerente junto à Prefeitura Municipal de Belém, na Classe Inicial Nível A, e não na Classe Especial Nível F, pois é um direito individual e patrimonial e foge da atribuição do Ministério Público, cabendo a cada um dos lesados perquirir a tutela de seus interesses por meio de ação judicial própria, o que já ocorreu, eis que a interessada e os demais servidores/bacharéis em direito, ajuizaram uma ação com objeto semelhante ao destes autos, pleiteando a equiparação de vencimentos (processo n.º 0012771-96.2012.8.14.0301), que, inclusive, foi julgada no dia 09/11/2015. Ademais, a situação do atual Desembargador Luis Gonzaga da Costa Neto, em enquadramento no cargo de Procurador Jurídico Municipal, foi objeto de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, em julho de 2013, Processo n.º 0035162-11.2013.8.14.0301, tramitando na 4ª Vara de Fazenda de Belém, motivo pelo qual não cabe a intervenção ministerial nesse sentido e, não cabe ao E. Colegiado rever procedimento que tenha sido objeto de Ação Civil Pública posteriormente ajuizada, com lastro na Súmula n.º 003/2011-CSMP/PA.

2.4.2. Processo nº 000223-012/2015

Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Educação

Pública do Pará - SINTEPP

Requerido: Poder Público Municipal

Origem: PJ de Colares

Assunto: Apurar denúncia de que o Município de Colares não teria aplicado a parcela de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB no exercício financeiro de 2014 aos profissionais da educação básica.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, RATIFICOU O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, nos termos do voto da Conselheira Relatora, devendo os autos serem remetidos ao Ministério Público Federal, eis que, no caso em tela, houve a complementação de verbas federais ao FUNDEB. Portanto, a investigação e o eventual ajuizamento de ação de improbidade administrativa, seriam atribuição do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 109, inciso I, da CRFBR/88.

2.4.3. Processo nº 000054-001/2015

Requerente: Secretaria de Direitos Humanos - DISQUE 100

Requerido: Em apuração

Origem: 10º PJ da Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com deficiência e Idosos de Marabá

Assunto: Apurar de situação de risco envolvendo adolescentes O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, no que diz respeito ao pedido de arquivamento da matéria cível, NÃO CONHECEU do arquivamento do presente feito, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de Origem, para que, tendo por nula a PORTARIA Nº 018/2013-MP - Marabá, que instituiu este Procedimento, por se tratar de verdadeira Notícia de Fato, promova aquele órgão ministerial a novas diligências objetivando encontrar as possíveis vítimas e o possível agressor e/ou promova o arquivamento internamente, devendo, ainda, averbar

no Livro de registro de Abertura de Portaria da 10ª PJ Cível de Marabá, o competente cancelamento da aludida Portaria de PAP. Em relação à possível prática criminosa de exploração sexual contra pessoas vulneráveis, supostamente cometidas por pessoa maior, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU do arquivamento, nos termos da Súmula n.º 002/1998-CSMP c/c art. 57, parágrafo único, da LCE n.º 57/2006 (LOMPA) c/c art. 11 e parágrafo único da Resolução Conjunta n.º001/2011-MP/PGJ/CGMP, devendo ser remetida cópia dos presentes autos ao Coordenador das Promotorias de Justiça da Comarca de Marabá, para os ulteriores de Direito. DETERMINOU, ainda que se dê ciência ao órgão Correcional para efeito de despoatuação dos membros envolvidos na instauração e finalização do presente procedimento.

2.4.4. Processo: nº 000219-151/2014

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Rosinete Trindade Maciel

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de fraude eleições do ano de 2012

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que após diligências realizadas e análise dos documentos acostados no procedimento, não ficou comprovada a prática de qualquer ato realizado pela Sra. Rosinete Trindade Maciel, que enseje em improbidade administrativa relacionada à fraude eleitoral, eis que a Sra. Rosinete Trindade Maciel nunca possuiu vínculo com a Administração Pública Estadual, nem Municipal, não tendo como ter se beneficiado de licença remunerada.

2.4.5. Processo: nº 007655-003/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Município de Almeirim

Origem: PJ de Almeirim

Assunto: Garantir a visibilidade pública e transparência aos processos de gestão do SUS.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, uma vez que após o cumprimento das diligências cabíveis e necessárias, restou demonstrado que a atuação extrajudicial foi suficiente para garantir o respeito à determinação Ministerial, constante da Recomendação n.º 01/2012-MP/PJALM, eis que ficou comprovado nos autos que a Procuradoria Jurídica do Município, no dia 28 de fevereiro de 2012, informou o cumprimento da cláusula primeira do mencionado TAC e, no Ofício n.º 007/PMA/SEGOV/PJ e no Ofício n.º010/PMA/SEGOV/PJ, informou a alimentação do SIOPS, conforme Recomendação n.º 01/2012-MP/PJALM

2.5. Processos de Relatoria do Conselheiro ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:

2.5.1. Processo: nº 000125-012/2015

Requerente: A coletividade

Requerido: Hotel Fazenda Cachoeira

Origem: PJ de Capitão Poço

Assunto: Apurar supostas irregularidades praticadas por funcionários do Hotel Fazenda Cachoeira no atendimento aos seus hóspedes, inclusive fazendo retenção de valores quando da desistência da hospedagem.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nº 015/2007, devendo os presentes autos ser devolvidos à Promotoria de Justiça de origem, para efeito de arquivamento, dando-se ciência ao Órgão Correcional para efeito de supressão da produtividade dos membros envolvidos na abertura e fechamento do presente procedimento. DETERMINOU, ainda, que encaminhe cópia dos autos à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para providências cabíveis quanto ao tempo decorrido.

2.5.2. Processo: nº 002057-116/2013

Requerente: Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Urbanas do Pará

Requerido: Centrais Elétricas do Pará - CELPA

Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Pública e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades financeiras na CELPA O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, devolvendo-se os autos, para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, por se tratar de uma simples notícia de fato, conforme voto do Conselheiro Relator.

2.5.3. Processo: nº 000249-012/2015

Requerente: A coletividade

Requerido: Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 3ª PJ Cível e de Defesa Direitos Constitucionais, Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Marituba

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado por ex-servidor da Prefeitura Municipal de Marituba

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que não foi vislumbrada a prática de